



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011107-87.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Ana Maria Ricci**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação da tutela, proposta por **ANA MARIA RICCI**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de epilepsia e, por isso, lhe foi prescrito o fármaco Amato 50 mg, dois comprimidos ao dia, por período indeterminado, que não tem condições de adquirir, pois é aposentada e sobrevive com o valor do salário mínimo, razão pela qual requer o seu fornecimento pelo ente público estadual.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 9-19.

Houve antecipação da tutela (fls. 20-21).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação, às fls. 39-43, na qual sustenta, em resumo, que: A) o princípio ativo do medicamento pleiteado é fornecido gratuitamente pelo SUS, visto que faz parte dos programas de assistência farmacêutica; B) ao médico requisitante é vedado exigir marca ou fornecedor exclusivos; C) a aquisição de medicamento de marca específica produzirá danos ao erário; D) a autora não demonstrou documentalmente a ineficácia do medicamento distribuído pela Administração.

Houve réplica às fls. 55-59.

O Ministério Público solicitou a manifestação da parte autora (fl. 93).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

O art. 198 da Carta Magna, em especial os parágrafos 1º e 2º, consagra a responsabilidade solidária entre a União, os Estados e os Municípios em relação ao Sistema Único de Saúde. Nesse mesmo sentido o art. 4º da Lei Federal nº 8.080/90 ressalta a gestão compartilhada entre entes federativos nas ações e serviços de saúde.

1011107-87.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, cabe aos Estados ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade a fl. 9 e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idosa (fl. 10), e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impõe, exceto a idade, nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito.

Ademais, o direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Embora o entendimento predominante na jurisprudência, atualmente, seja no sentido de possibilitar a utilização de medicamento genérico, salvo ressalva justificada do médico que assiste o paciente, no caso em tela, o relatório médico apresentado (prescrito, inclusive, por médico vinculado à rede pública de saúde), notadamente o de fl. 11, deixa claro que o fármaco pleiteado é imprescindível ao tratamento da autora, pois o similar (genérico) não tem estudo de bioequivalência e o anterior casou efeitos colaterais a ela.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento dos medicamento Amato 50 mg, conforme prescrição médica de fl. 11, devendo a autora a apresentar relatórios médicos a cada seis meses, para justificar a continuidade do tratamento, bem como apresentar receitas médicas, sempre que solicitadas.

A requerida é isenta de custas, na forma da lei.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P.I.

São Carlos, 20 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**